



Décio

Salários

definirão

negociações

Para levar adiante o endurecimento das negociações com os bancos credores o Brasil terá que preservar suas reservas cambiais, centralizando novamente o câmbio se for preciso, além de contar com unidade política interna o que se consegue apenas através de uma política de rendas que atenda às reivindicações dos trabalhadores, de acordo com a advertência feita ontem no VI Congresso Brasileiro de Economistas pelo professor Décio Munhoz, da Universidade de Brasília.

"Por isso é fundamental o questionamento do papel do Fundo Monetário International, que não tem nada a oferecer ao País e ainda impede a execução de uma política de rendas que viabilize este tipo de unidade interna" — disse Munhoz, concordando com a postura de endurecimento iniciada pelo presidente José Sarney na semana passada, em Nova Iorque, mas chamando a atenção para a necessidade de se promover também o "acerto das finanças públicas", com a desova dos haveres que o Banco Central detém.

Munhoz criticou a intenção do Ministério da Fazenda de se chegar a um acordo com os bancos credores em bases plurianuais, pois a única vantagem deste tipo de renegociação seria a obtenção de spreads (taxas de risco) mais baixos quando, na verdade, "os spreads constituem uma das parcelas ilegítimas da dívida externa". Ele conclamou o Governo a buscar negociações anuais: "Devemos fazer todo ano uma renegociação dura" — aconselhou.

Sem apresentar um modelo alternativo para a renegociação externa, o economista lembrou que a solução ortodoxa imposta pelo Fundo Monetário International — "uma espécie de polícia a serviço dos banqueiros" — constitui uma "falacia" por pretender gerar saldos comerciais enquanto promove a recessão econômica. A saída é mostrar aos credores que a única forma de pagar a dívida em dólares é através das exportações.